



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 2772/2020-GP, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

O Desembargador Leonardo de Noronha Tavares Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar a interação e a troca de experiências entre as diversas comarcas do Estado e com outros Tribunais;

CONSIDERANDO a necessidade de instituição e implementação do Banco de Boas Práticas de servidores e magistrados, com o intuito de catalogação de ideias que resultem na melhoria da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO o Macrodesafio "Governança Judiciária, iniciativa estratégica Aprimoramento da gestão estratégica", parte integrante do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão do biênio 2019-2021;

CONSIDERANDO, finalmente, o projeto "Correição Integrada" apresentado pelas Desembargadoras Corregedoras da Região Metropolitana de Belém e do Interior, conforme Siga-doc PA-MEM-2020/26734;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o projeto "Correição Integrada", apresentado pelas Desembargadoras Corregedoras da Região Metropolitana de Belém e do Interior, Maria de Nazaré Saavedra de Guimarães e Diracy Nunes Alves, cujo objetivo é mudar a forma de Correição Tradicional, buscando implementar um novo sistema baseado na busca de melhores resultados na prestação jurisdicional, empoderando os membros e servidores do Poder Judiciário.

Art.2º Os termos do projeto Correição Integrada devem ser publicados e fazem parte integrante desta Portaria.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 2 de dezembro de 2020.

LEONARDO DE NORONHA TAVARES
Desembargador Presidente do TJPA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROJETO DE CORREIÇÃO INTEGRADA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ



CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM E DO INTERIOR

Belém - PA

2020



Assinado com senha por LEONARDO DE NORONHA TAVARES(usuário).
Use 2587864.16776031-8738 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por LUCIANA SA FERNANDES *Data e hora: 04/12/2020 09:16



PAMEM202026734A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CORREIÇÃO INTEGRADA: Projeto de união de esforços entre a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Corregedoria da Região Metropolitana de Belém, Corregedoria do Interior, com apoio da Secretaria de Gestão de Pessoas, Informática, Coordenadoria de Gestão Estratégica e Estatística (DPGE), visando a melhoria na prestação jurisdicional por meio de uma nova visão de gestão institucional.

ÓRGÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Idealizadores/Executores e Fiscalizadores do Projeto

Leonardo de Noronha Tavares

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Maria de Nazaré Saavedra de Guimarães

Desembargadora Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém

Diracy Nunes Alves

Desembargadora Corregedora de Justiça do Interior

Coordenadores

Rubilene Silva Rosário

Juíza Corregedora da Região Metropolitana de Belém

Kátia Parente Sena

Patrícia de Oliveira Sá Moreira

Juízas Corregedoras do Interior





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

I. IDENTIFICAÇÃO:

TÍTULO	CORREIÇÃO INTEGRADA
RESPONSÁVEL	Desa. Maria de Nazaré Saavedra de Guimarães e Desa. Diracy Nunes Alves
UNIDADE DE LOTAÇÃO DO RESPONSÁVEL	Corregedorias da Região Metropolitana de Belém e do Interior
LOCALIZAÇÃO DE ATUAÇÃO DO PROJETO	Unidades Judiciárias
PRAZO DE EXECUÇÃO	Março/2019 a Janeiro/2021

II. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

O projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico do TJPA, conforme a Resolução n.º 25/2018, no Macrodesafio Instituição da Governança Judiciária, iniciativa estratégica "Aprimoramento da gestão estratégica", que consiste em promover o alinhamento e monitoramento estratégico dos instrumentos legais de planejamento, fomentar a gestão por resultados e integrar as unidades jurisdicionais e administrativas por meio da comunicação da estratégia.

Consta como ação do Plano de Gestão 2019-2021 da Presidência a implantação de projeto de correição integrada voltada a resultados.

III. JUSTIFICATIVA:

Nos termos do artigo 38 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, "in verbis" que a Corregedoria Geral de Justiça, dividida para efeito de jurisdição em Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado tem funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares(...), estando dentre as suas atribuições realizar correição geral ordinária. Dito isto, é competência originária da Corregedoria Geral do Pará, zelar para que a prestação jurisdicional aconteça de forma eficiente e dentro das diretrizes estabelecidas pelas estratégias Nacional do Poder Judiciário.

Dentro deste contexto, há de se pensar em uma nova forma de orientação e fiscalização ao primeiro grau de jurisdição, que venha de encontro ao anseio da





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

sociedade brasileira, e dos parâmetros políticos e institucionais, que por meio das modificações introduzidas pela EC n. 19, de 04 de junho de 1998 a CF/88, incorporou ao Poder Judiciário um novo modelo de administração pública gerencial, que tem como objetivo a obtenção do resultado, e não do procedimento, como forma de obediência. O projeto se apoia na experiência do TRT 8º Região de Correição Integrada que vem apresentando resultados positivos nos Indicadores de Justiça em Números.

Neste sentido, destaca-se os dados levantados no Justiça em Números 2020, referente ao ano base 2019, senão vejamos:

1. O TJPA, é o Tribunal de Justiça com penúltima posição, entre os Tribunais de Porte médio, com desempenho no IPC-Jus (2019,57%), com alta taxa de congestionamento líquida (2019, 70,3%), índice de produtividade de magistrados (2019, 1.267) e índice de produtividade de servidores (2019, 111);
2. O TJPA não tem cumprido em sua totalidade as metas nacionais de produtividade e celeridade (2019, Meta 2 (1.º grau), 92,53%);
3. O TJPA segundo pesquisa de clima organizacional, tem mais de 50% de magistrados e servidores insatisfeitos com o ambiente de trabalho.

De onde, conclui-se que:

1. O TJPA não possui um plano específico para melhoria do clima organizacional;
2. Os diversos setores não atuam de forma integrada;
3. Não há um plano específico de valorização de magistrados e servidores;
4. A atividade de apoio indireto (atividade meio) não possui estratégia dominante de entregar produtos e serviços de qualidade para atividade judicante (atividade fim);
5. A atividade judicante não possui estratégia dominante de prestar serviço jurisdicional mais eficiente a sociedade por meio de mais processos julgados, mais processos baixados e menos processos paralisados.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Neste contexto, a Presidência do Tribunal de Justiça, em comunhão de esforços com as Corregedorias da Região Metropolitana de Belém e do Interior, visam implementar de forma colaborativa o Projeto de Correição Integrada para melhoria das unidades judiciárias, tendo como meta (foco) o resultado, ou seja, as Metas Nacionais, Indicadores do Justiça em Números e Metas Internas, previstas no Plano Estratégico do TJPA, em consonância com o Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, conforme Resolução CNJ n.º 198/2014, deixando definitivamente de lado o modelo burocrático, que tinha como principal característica o regramento inflexível de suas atividades e o conseqüente engessamento dos agentes políticos, e da Administração Pública, bem como, a melhoria na qualidade da prestação jurisdicional, com um olhar diferenciado ao Clima Organizacional.

IV. METODOLOGIA:

A metodologia utilizada no projeto foi a implementação de modelo adotado pelo TRT 8ª Região adaptado às peculiaridades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, baseado no tripé Gestão, Auto responsabilidade e Visão sistêmica, com foco nos resultados e nas relações humanas. A implementação do modelo de correição integrada possibilitará a internalização da Missão institucional e visão de futuro, reforçando o sentido de pertencimento.

Magistrados, servidores das Corregedorias, em conjunto com servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Gestão Estratégica e Coordenadoria de Estatística, num esforço conjunto com as unidades correicionadas para alcance de melhores resultados para o TJPA.

A Corregedoria do Interior, pelas restrições orçamentárias, implementou a correição integrada em 2019, com a equipe interna da Corregedoria, sem a presença dos demais parceiros, in loco. No entanto contou com a participação do Juiz Rafael Maia, que tem sido instrutor nos cursos de Gestão de Unidades Judiciárias pela Escola Judicial. Foi ministrado de forma prévia à Correição, treinamento em Técnicas de Negociação com ênfase em Gestão de Pessoas.

Em resumo, a Correição Integrada ocorreu na forma de projeto piloto nos seguintes moldes:

1º) Teve como ponto de partida a seleção de 10 (dez) varas da região metropolitana de Belém que foram correicionadas no ano de 2019, e em 2 durante o 2020. No





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

interior, foi selecionada a comarca de Marabá, com a realização da Correição em 11 varas, em 2019.

2º) A participação dos magistrados e diretores de secretaria nos cursos de Justiça em Números, e Gestão de Unidade Judiciária, durante o ano de 2019 e 2020, ofertados pela Escola Judicial, com ênfase no aprendizado de técnicas voltadas a gestão de unidades judiciais, e elaboração de plano de ação.

3º) O oferecimento, quando possível, como ferramenta para ajudar os magistrados dos seguintes projetos da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém: 3.1. Juiz Solidário que tem como objetivo auxiliar as varas judiciais com alto congestionamento e alta demanda e baixo cumprimento de metas nacionais e no julgamento de processos; 3.2.) Projeto Renovar 2.0 e Secretaria do Futuro, que visam de forma educativa a auxiliar a reorganização estrutural das secretarias e gabinetes das varas judiciais com alto congestionamento;

4º) A mudança gradativa da correição Tradicional para a Integrada de todo o Estado, de modo a possibilitar que todos os magistrados iniciem uma mudança de gestão e organização de unidades judiciais, independente da participação no Projeto Piloto de Correição Integrada, visando uma mudança de pensamento, uma quebra de paradigmas, por meio de alteração das Correições Tradicionais, já com a inclusão de alguns indicadores do Justiça em Números, bem como do Plano Estratégico do Poder Judiciário, por meio de um novo Provimento Conjunto das Corregedorias de Justiça, e por conseguinte do Relatório Correicional, mudando as regras da Correição Tradicional.

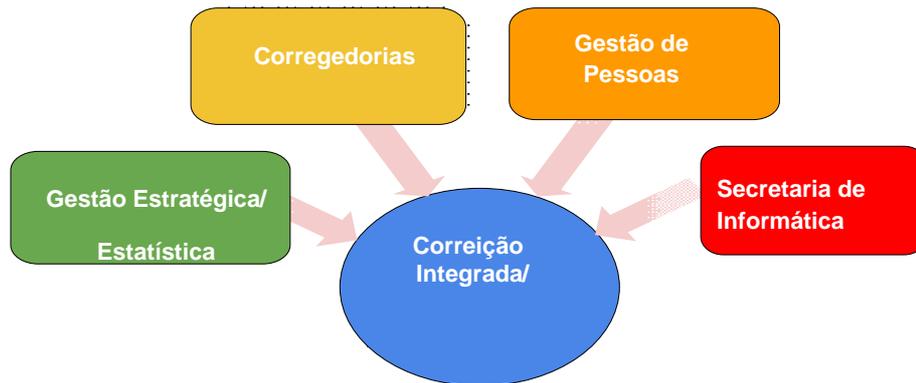
5º) Pensando na melhoria do Clima Organizacional, em específico, as relações interpessoais dos magistrados, servidores, estagiários, enfim, dos membros da atividade fim ou meio, a participação conjunta da Secretaria de Gestão do TJPA, por meio do Grupo Permanente de Trabalho em Saúde, Coordenadoria de Saúde, e ainda, do Projeto Zona Restaurativa no Ambiente Organizacional.

6º) Seguir as diretrizes traçadas pelo Plano Estratégico do TJPA, no que diz respeito ao indicador de eficiência da prestação jurisdicional para as unidades judiciais, com a criação do Índice de Eficiência do Judiciário (IE-JUD), como mecanismo de Gestão de Unidades Judiciárias.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



V. OBJETIVOS:

GERAL:

Mudar a forma de Correição Tradicional, buscando implementar um novo sistema baseado na busca de melhores resultados na prestação jurisdicional, empoderando os membros e servidores do Poder Judiciário.

ESPECÍFICOS:

Trabalhar de forma integrada com a Presidência do Tribunal de Justiça, Corregedoria da Região Metropolitana e do Interior, na busca de melhorar a prestação jurisdicional e o clima organizacional das unidades judiciais.

Capacitar magistrados e Diretores de Secretaria em Justiça em Números e Gestão de Unidades Judiciárias, em cursos ofertados pela Escola Judicial.

VI. PÚBLICO ALVO:

Magistrados, servidores, estagiários do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

VII. METAS:

1. Sensibilizar magistrados correicionados por meio da Correição Integrada, por meio de ações educativas para o conhecimento dos indicadores do "Justiça em Números" do CNJ, de forma a orientar a atuação com foco gerencial, isto é, gestão por resultado, através da diminuição da taxa de congestionamento processual das Unidades Judiciárias;
2. Desenvolver e promover política permanente de ampliação e melhoria nas comunicações internas e externas, melhorando as relações interpessoais de magistrados, servidores e estagiários, com ênfase na dignidade da pessoa humana, e alcançando uma taxa de avaliação positiva superior a 60% quanto ao clima organizacional e qualidade nas relações de trabalho, até o término de 2020;
3. Alcançar ao menos 70% do cumprimento das metas institucionais e nacionais, uniformização de procedimentos judiciais e a disseminação de boas práticas até janeiro de 2021;
4. Reduzir a taxa de congestionamento em 3 pontos percentuais nas unidades judiciárias selecionadas para a Correição Integrada, ao término de 2020;
5. Acompanhar o cumprimento dos planos de ação com base nos resultados do Índice de Eficiência Judiciária (IEJUD) nas unidades judiciárias selecionadas para aplicação das correições integradas, atuando para alcançar índice superior a 70% da do IEJUD, até janeiro de 2021.

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO:

Foram definidas algumas atividades:

- 1) CORREGEDORIAS DA REGIÃO METROPOLITANA E DO INTERIOR:
 - Elaboração de um Edital específico com as varas selecionadas para a Correição Integrada, diverso da Correição Tradicional;
 - Publicação previamente do Relatório as varas a serem correicionadas;
 - Aprovação do plano de ação da unidade judiciária;
 - Auxílio à execução do plano de ação da unidade judiciária;
- 2) SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS:
 - Auxílio à Correição Integrada, quando demandado, por meio da Comissão Permanente de Saúde do TJPA e Coordenadoria de Saúde.
- 3) COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E DE ESTATÍSTICA (DPGE):
 - Auxílio técnico, quando demandado, à Correição Integrada na elaboração de diagnósticos e planos de ação.



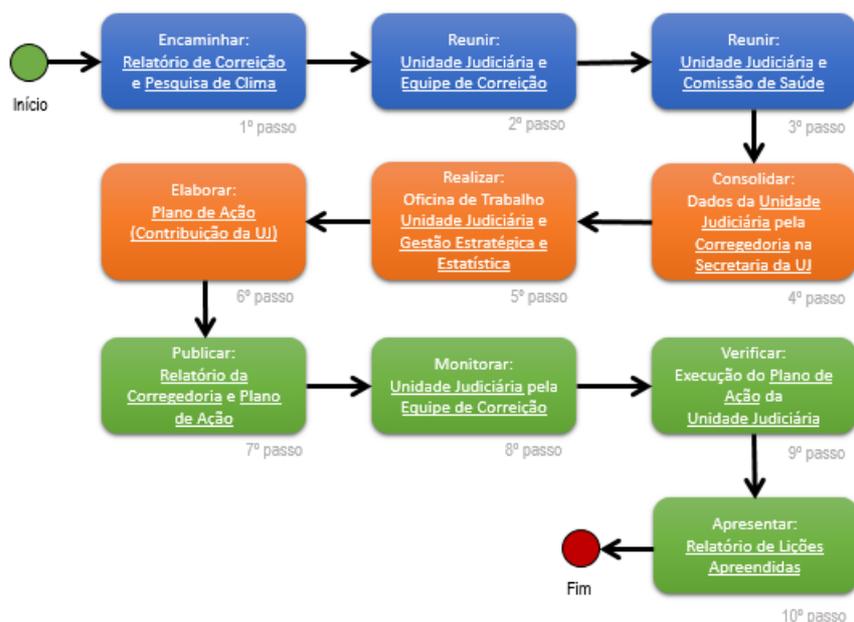


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CRONOGRAMA/ATIVIDADES:

As Correições Integradas, na forma do projeto piloto começarem a partir de maio/2019, juntamente com o calendário das Correições Tradicionais, nas Corregedorias da Região Metropolitana de Belém e do Interior.

TRAJETÓRIA/CORREIÇÃO INTEGRADA



1º dia:

- Reunião com a participação do gestor da unidade judiciária, e servidores, com a finalidade de se explicar o funcionamento da Correição Integrada pela Desembargadora.
- Palestra – Clima Organizacional, ou a introdução de metodologias de integração pessoal, via projeto de justiça restaurativa, e psicólogos da gestão de pessoas do TJPA.
- Oficina de Trabalho com a Gestão Estratégica e ou Estatística do TJPA para tratar do Justiça em Números e orientação sobre a elaboração de Plano de Ação.

2º dia:

- Levantamento de dados, caso seja necessário.
- Reunião específica com o magistrado e servidores.
- Estudo de caso pela Comissão de Saúde ou pela Coordenadoria de Saúde.
- Oficinas de Trabalho.

3º dia:

- Elaboração conjunta com a unidade do Plano de Ação.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

VIII. RECURSOS:

Recursos humanos, materiais, tecnológicos e de deslocamento (diárias e passagens, no caso de correições no Interior).

